



DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

CADERNO DE PROVA

DIREITO

DATA DA PROVA 01/08/2025

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DE PERNAMBUCO.

PROVA

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 60 (sessenta) questões objetivas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

LÍNGUA PORTUGUESA

AS QUESTÕES DE 01 A 05 SE REFEREM AO TEXTO A SEGUIR.**"Um Apólogo", de Machado de Assis (1904)**

Era uma vez uma agulha que disse a um novelo de linha:

- "Por que estás tu toda enroscada?"

O novelo respondeu, zangado:

- "Por que queres tu meter-te onde não és chamada?"

- "Tenho razão de falar-te assim"; replicou a agulha, "vivo arreada em prata, e ando de cabeça erguida através da costura; enquanto tu, pobre novelo, vives aí sempre às voltas, sempre metido num canto".

O novelo, sem perder a compostura, retrucou:

- "Arreda-te! Arreda-te! Invejo-te porque és bela e fina; mas o teu destino é rastejar, furando pano aos repelões, enquanto eu vou correndo macio, bordando flores e fazendo de junções as partes de um todo".

A agulha remexeu-se, picada no orgulho:

- "Grande coisa! Vá lá que bordes; mas quem vai adiante sou eu. Tu segues-me obediente".

- "Seguir-te? Nunca!" - protestou o novelo.

Nisto, veio a costureira; pegou da agulha, enfiou-lhe a linha e pôs-se a coser. A agulha ia adiante, e a linha atrás, mas a pobre agulha trabalhava enfiada na linha, sem poder separar-se dela, enquanto a linha formava, por si mesma, grandes voltas interessantes, voltas e mais voltas que se prendiam umas às outras, ajustando as partes do vestido.

Após longa tarefa, a costureira deu um descanso; as mãos fatigadas repousaram no regaço. A agulha, orgulhosa, disse à linha:

- "Vês agora como te guio?"

A linha não respondeu; estava cansada também e calou-se.

No fim da costura, o vestido foi apresentado à dona, que elogiou o trabalho e declarou que tudo estava perfeito. A agulha, ouvindo o elogio, tremia de contentamento; a linha, modesta, continuou calada.

Retiradas ambas, a costureira meteu a agulha na almofada e guardou o resto do novelo na cesta. Faltava ainda pregar os botões; a agulha não cabia em si de vaidade:

- "Estás vendo o teu fim?" - murmurou para o novelo. - "Ficarás aí, inútil, perdido..."

Mas, passado algum tempo, a costureira voltou a necessitar da linha; corte, emparelhou, enfiou a agulha e recomeçou o ofício. A linha, desembaraçada, correu de novo, firme e súa; a agulha, obediente, furava o pano.

Quando o vestido ficou completo, quem recebeu os louros foi a costureira; ninguém se lembrou de elogiar a agulha ou a linha. A agulha, mortificada, compreendeu que em qualquer tarefa

cada qual tem o seu papel, mas o mérito é do conjunto. E, quanto à linha, satisfeita em servir, recordou-se da sabedoria das coisas pequenas que unem o mundo sem reclamar glória.

Fonte: MACHADO DE ASSIS. "Um Apólogo". In: *Várias Histórias*. Rio de Janeiro: *Livraria Garnier*, 1904. (Adaptado)

1. No enredo de "Um Apólogo", a narrativa é conduzida por uma voz que descreve e comenta as ações dos objetos. Qual alternativa identifica corretamente a função desse narrador?

- A) Narrador-personagem que participa da trama e julga abertamente as atitudes dos protagonistas.
- B) Narrador externo, em terceira pessoa, que observa os acontecimentos e faz comentários irônicos sobre eles.
- C) Narrador restrito à perspectiva da agulha, limitando-se às informações que ela conhece.
- D) Narrador testemunha que apenas reproduz falas, sem qualquer apreciação crítica.
- E) Narrador interno, representado pela costureira, que revela os pensamentos dos objetos.

2. Ao utilizar a agulha e o novelo de linha como personagens centrais, Machado de Assis constrói uma alegoria que representa, de modo principal, quais valores?

- A) Vaidade desmedida contraposta à cooperação silenciosa no trabalho.
- B) Conflito entre artesanato tradicional e tecnologia industrial.
- C) Relação hierárquica entre classes sociais na virada do século XIX para o XX.
- D) Oposição entre produção literária nacional e influência estrangeira.
- E) Debate filosófico entre racionalidade e sentimentalismo.

3. No desfecho, o vestido recebe elogios enquanto a agulha e o novelo permanecem anônimos. Assinale a alternativa que expressa corretamente a crítica implícita construída pelo autor nessa situação.

- A) Exaltação da criatividade individual como base do progresso.
- B) Denúncia de condições de trabalho infantil em oficinas de costura.
- C) Indicação de que o resultado coletivo costuma ofuscar a contribuição de cada participante.
- D) Defesa do trabalho manual em detrimento do processo industrial.
- E) Promoção da meritocracia como única forma de justiça social.

CURSO DE DIREITO

4. A ironia que sustenta a crônica é produzida, sobretudo:

- A) pelo contraste entre a autoconfiança da agulha e sua efetiva dependência da linha para cumprir a tarefa.
- B) pela oposição entre a pobreza da costureira e a suposta riqueza dos materiais de costura.
- C) pela descrição exageradamente trágica de uma atividade doméstica cotidiana.
- D) pelo uso de terminologia técnica de costura em ambiente literário.
- E) pela crítica direta ao governo imperial por descuidar das artes manuais.

5. A frase conclusiva "o mérito é do conjunto" expressa, no contexto da crônica, a defesa de que:

- A) O cooperativismo agrícola deveria orientar a economia nacional.
- B) A vaidade individual é imprescindível para o desenvolvimento técnico.
- C) A produção artesanal deve ceder espaço à mecanização têxtil.
- D) A propriedade intelectual prevalece sobre o valor do trabalho manual.
- E) A eficácia de uma tarefa depende da integração de todos os envolvidos em seus diferentes papéis.

6. Em qual das sentenças a palavra "meio" exerce função de advérbio, indicando intensidade?

- A) O meio ambiente merece atenção constante.
- B) Ele ficou meio confuso com a notícia.
- C) Caminhamos pelo meio da praça vazia.
- D) Escolheu um meio seguro de transporte.
- E) O meio do texto traz a tese principal.

7. Assinale a frase cuja regência verbal está correta.

- A) Prefiro mais filmes do que séries.
- B) Avisei para os alunos sobre o tema da prova.
- C) Assisti o documentário com atenção.
- D) Cheguei na conclusão acertada.
- E) Informei aos alunos acerca do tema.

8. Marque a alternativa em que todas as palavras concordam adequadamente em gênero e número com o termo principal.

- A) As análise estatísticas detalhadas foram publicadas ontem.
- B) Seguem anexa as planilhas atualizadas.
- C) As propostas claras e objetivas receberam elogios.
- D) Fizeram-se necessários ampla revisão dos dados.
- E) O relatório e as tabelas estavam concluso.

9. Em qual frase o verbo concorda corretamente com o sujeito?

- A) Haverão soluções se trabalharmos unidos.
- B) Faltam três capítulos para concluir o livro.
- C) Deve existir boas razões para a mudança.
- D) Vão fazer dois meses que começamos o projeto.
- E) Fazem muitos anos que não nos vemos.

10. Assinale a alternativa cuja posição do pronome oblíquo está adequada segundo a norma-padrão.

- A) Jamais lhe esquecerei da ajuda prestada.
- B) Só entregarei-te o documento amanhã.
- C) Este assunto me interessa-o muito.
- D) Não quero vê-lo mais aqui.
- E) Entregou-se-lhe rapidamente os convites.

11. Indique a única opção cuja palavra está grafada e acentuada de forma correta.

- A) antirreligioso
- B) contra-regra
- C) hífenização
- D) vôo
- E) pára-lama

12. Em qual período o emprego da vírgula está inteiramente correto?

- A) Quando chegou a diretora, todos se levantaram.
- B) O relatório, foi entregue ontem aos gestores.
- C) Precisamos revisar, os dados e, atualizar as projeções.
- D) Os alunos que estudam, obtêm melhores resultados.
- E) João, e Maria apresentaram, o trabalho final.

13. Assinale a alternativa em que o verbo destacado está conjugado na voz passiva analítica.

- A) A equipe concluirá o experimento amanhã.
- B) Concluiu-se o experimento ontem.
- C) O experimento foi concluído ontem pela equipe.

CURSO DE DIREITO

- D) Concluíram o experimento sem demora.
E) Que a equipe conclua o experimento hoje.

14. Em qual frase a palavra "barreira" foi empregada em sentido conotativo?

- A) O ciclista caiu ao colidir com a barreira de proteção.
B) Construíram uma barreira de contenção às margens do rio.
C) A barreira de pedra impede a passagem dos veículos.
D) Há barreiras burocráticas que atrasam o processo.
E) A barreira sanitária funciona vinte e quatro horas.

15. Indique a alternativa que apresenta um exemplo de hipérbole.

- A) "O tempo é um rio que leva todas as coisas."
B) "Ele não morreu; apenas descansou."
C) "Já te falei um milhão de vezes para fechar a porta."
D) "Comprou um Picasso para a sala de estar."
E) "Esta noite, o silêncio gritava em meu quarto."

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Qual espécie e em qual momento do controle de constitucionalidade se emprega para impugnar lei estadual que cria imposto sobre grandes fortunas, matéria tributária de competência exclusiva da União?

- A) Controle difuso, repressivo, suscitado em recurso extraordinário interposto por contribuinte interessado.
B) Controle concentrado, repressivo, mediante Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Governador.
C) Controle preventivo, político, exercido pela Mesa da Assembleia Legislativa.
D) Controle difuso, preventivo, instaurado por mandado de segurança em primeiro grau.
E) Controle concentrado, repressivo, por meio de Reclamação Constitucional dirigida ao STF.

17. Quando um Tribunal de Justiça, em controle difuso, declara incidentalmente a inconstitucionalidade de lei municipal e o tema chega ao Supremo Tribunal Federal por recurso extraordinário, qual providência confere eficácia erga omnes à decisão?

- A) Publicação do acórdão no Diário de Justiça Eletrônico, pois torna-se imediatamente vinculante.
B) Julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade autônoma, proposta pelo Procurador-Geral da República.

C) Expedição de súmula vinculante aprovada por dois terços dos ministros do STF.

D) Suspensão da execução da lei pelo Senado Federal, atribuindo-lhe efeitos gerais.

E) Conversão do recurso extraordinário em Ação Declaratória de Constitucionalidade, com julgamento em controle concentrado.

18. O modelo brasileiro é classificado como sistema misto ou eclético de controle de constitucionalidade. Assinale a alternativa que apresenta uma característica correta desse modelo.

A) Coexistência de controle concentrado perante o STF e controle difuso nos demais órgãos jurisdicionais.

B) Exclusividade do controle preventivo conferida ao Poder Executivo.

C) Ausência de efeito vinculante nas decisões de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

D) Impossibilidade de modulação temporal dos efeitos das decisões em controle abstrato.

E) Dispensa de legitimidade ativa do Procurador-Geral da República nas ações de controle concentrado.

19. Durante audiência de custódia em comarca carente de defensores dativos, réu hipossuficiente solicita assistência jurídica. À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa que reflete uma garantia institucional da Defensoria Pública.

A) Subordinação hierárquica ao Ministério Público para fins de fiscalização.

B) Autonomia funcional condicionada à aprovação anual de seu plano institucional pelo Poder Executivo.

C) Iniciativa legislativa exclusiva para propor projetos sobre organização judiciária.

D) Competência exclusiva para propor ação penal pública condicionada.

E) Autonomia administrativa e financeira, inclusive para elaborar sua proposta orçamentária dentro dos limites da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

20. Um pesquisador descreve a Constituição Brasileira de 1988 como rígida, dogmática e analítica. Com base nos critérios doutrinários de classificação das Constituições, assinale a alternativa que justifica corretamente tal enquadramento.

A) Sustenta-se que a rigidez provém da ausência de cláusulas pétreas, dogmatismo advém do uso reiterado de precedentes e analiticidade decorre do texto abreviado que se restringe a objetivos políticos de caráter geral.

B) Defende-se que o dogmatismo resulta da evolução costumeira das normas constitucionais, enquanto a rigidez seria

CURSO DE DIREITO

relativa por permitir reformas simples, e a analiticidade inexistiria porque o texto trata apenas de princípios básicos.

C) Afirma-se que a analiticidade resume-se a princípios estritamente políticos, a rigidez mostra-se reduzida pela flexibilidade de alteração e o dogmatismo revela-se em cláusulas práticas adotadas ao longo da experiência jurisprudencial.

D) Explica-se que a rigidez resulta do procedimento de emenda mais exigente que o das leis ordinárias, o dogmatismo da codificação solene num momento histórico determinado e a analiticidade da extensa regulamentação de matérias sociais e econômicas.

E) Propõe-se que a Constituição é flexível por admitir emenda mediante maioria relativa, o dogmatismo provenha da dispersão de poderes e a analiticidade se limite a artigos descritivos sobre organização do Estado.

21. Em inquérito civil sobre direito à moradia digna, o Ministério Público sustenta que a proteção do mínimo existencial impõe deveres positivos ao Estado. Assinale a alternativa que traduz corretamente o entendimento jurisprudencial acerca desses deveres.

A) Direitos sociais têm aplicabilidade mediata e dependem sempre de lei para serem exigíveis.

B) A efetivação de direitos sociais pode ser reclamada judicialmente diante de omissão estatal grave, cabendo ao Judiciário impor políticas públicas razoáveis nos limites da reserva do possível.

C) A reserva do possível exime o Estado da prestação de serviços públicos, independentemente de comprovação orçamentária.

D) O princípio da proibição de retrocesso social não se aplica às políticas habitacionais.

E) A tutela jurisdicional dos direitos sociais restringe-se a indenização pecuniária.

22. Servidor público federal em estágio probatório desde janeiro de 2023 sofre processo disciplinar por falta grave supostamente cometida em fevereiro de 2024. Assinale a alternativa que apresenta uma regra constitucional correta aplicável ao caso.

A) Considera-se possível prorrogar o estágio probatório por prazo indeterminado enquanto tramitar processo disciplinar, mesmo que isso ultrapasse o período de avaliação originalmente previsto de três anos de efetivo exercício.

B) Entende-se que a estabilidade somente é adquirida após cinco anos ininterruptos de serviço público efetivo, razão pela qual o servidor ainda não possui qualquer garantia contra demissão imotivada pela Administração.

C) Reconhece-se que o servidor adquire estabilidade se aprovado em avaliação especial de desempenho após três anos; uma vez estável, poderá perder o cargo apenas por sentença transitada em julgado ou processo administrativo com ampla defesa assegurada.

D) Sustenta-se que a exoneração de servidor estável pode ocorrer por decisão exclusiva da autoridade hierárquica imediata, dispensando-se qualquer forma de contraditório ou de ampla defesa no âmbito administrativo.

E) Defende-se que a revisão de processo disciplinar instaurado contra servidor estável constitui prerrogativa exclusiva do Senado Federal, que atua como instância recursal derradeira em matéria de pessoal.

23. Quando se analisa o Código Civil brasileiro de 2002, percebe-se a busca por conciliar liberdade individual com valores de solidariedade social. Assinale o princípio estruturante que traduz essa preocupação e orienta a interpretação de todo o diploma.

A) Princípio da socialidade, pelo qual os interesses coletivos servem de pauta para o exercício dos direitos individuais.

B) Princípio da eticidade, consagrando o dever de boa-fé nas relações contratuais e extracontratuais.

C) Princípio da operabilidade, voltado a simplificar o emprego das categorias jurídicas tradicionais.

D) Princípio da confiança legítima, derivado do direito público, aplicado subsidiariamente ao direito privado.

E) Princípio da tipicidade, cujo núcleo reside na descrição exaustiva dos direitos patrimoniais previstos em lei.

24. Menor de 17 anos foi emancipado por instrumento público regularmente registrado. Sobre personalidade e capacidade civil, assinale a alternativa correta.

A) Emancipação confere apenas capacidade relativa para atos de administração, permanecendo necessária assistência para todos os atos de disposição patrimonial.

B) A emancipação outorgada pelos pais confere plena capacidade civil ao menor, permitindo-lhe, por exemplo, exercer atividade empresarial individual sem necessidade de assistência.

C) O emancipado continua absolutamente incapaz até completar dezoito anos, sendo nulos os atos que praticar sozinho.

D) A personalidade civil da pessoa natural começa na concepção, razão pela qual a emancipação é irrelevante quanto à capacidade.

E) Menor com menos de dezesseis anos pode ser emancipado por sentença judicial, independentemente de ato dos pais.

25. Usina hidrelétrica transfere propriedade de área contígua ao reservatório, incluindo turbinas, linhas de transmissão e vegetação nativa intocada. De acordo com o regime jurídico dos bens, identifique a classificação correta dos elementos destacados.

CURSO DE DIREITO

A) Turbinas e linhas de transmissão são bens móveis por antecipação, enquanto a vegetação é bem infungível consumível.

B) Turbinas são bens imateriais registráveis, linhas de transmissão bens públicos dominicais e a vegetação bem inconsumível.

C) Turbinas e linhas configuram bens imóveis por acessão física, já a vegetação compõe bem acessório natural do solo considerado também imóvel.

D) Turbinas constituem bens fungíveis consumíveis, linhas de transmissão bens móveis integrantes do imóvel, e vegetação bem móvel semovente.

E) Todos os itens são bens móveis *simpliciter* independentes da destinação econômica.

26. Empreiteira assume a construção de centro cirúrgico e pactua cláusula penal equivalente a 15 % do valor do contrato para atraso superior a 10 dias, prevendo-se que a indenização correrá cumulada com lucros cessantes. Constatado atraso de 12 dias sem prejuízo adicional ao contratante, indique o tratamento adequado da cláusula penal segundo o Código Civil.

A) Deve ser afastada por onerosidade excessiva superveniente, pois o percentual supera o limite de 10 %.

B) É nula, diante da falta de dano efetivo comprovado.

C) Converte-se em simples juros moratórios contados da data da inadimplência.

D) É exigível na íntegra, pois a cláusula penal substitui a indenização regular, dispensando prova de prejuízo, vedada cumulação com lucros cessantes.

E) Pode ser reduzida judicialmente até a metade, independentemente de requerimento da parte prejudicada.

27. Sistema de inteligência artificial destinado a diagnóstico médico autônomo falha e indica tratamento equivocado, ocasionando agravamento do quadro do paciente. À luz da responsabilidade civil no ordenamento brasileiro, assinale a conclusão juridicamente adequada.

A) Responsabilidade recai unicamente sobre o programador, pois o hospital figura como mero usuário final.

B) Aplica-se responsabilidade subjetiva do hospital, exigindo prova de culpa direta do corpo clínico.

C) O paciente deverá acionar solidariamente todos os profissionais que tenham manuseado o software, deixando o fabricante fora do polo passivo.

D) Incide excludente de ilicitude, dado o estado da arte na tecnologia empregada.

E) Configura-se responsabilidade objetiva do hospital pelos danos decorrentes da atividade de risco, independentemente de culpa, cabendo ação regressiva contra o desenvolvedor se demonstrada falha no produto.

28. Testador, viúvo, com dois filhos vivos, institui companheira como única herdeira universal por testamento público válido. Qual será a situação jurídica da disposição quando da abertura da sucessão, segundo o regramento constitucional e o Código Civil?

A) Eficaz, pois o testamento pode dispor livremente sobre a totalidade da herança na ausência de ascendentes.

B) Parcialmente ineficaz, pois os descendentes são herdeiros necessários e têm direito, no mínimo, à metade da legítima, limitando a quota testamentária.

C) Totalmente ineficaz, pois companheiros carecem de qualidade de herdeiros legítimos em concorrência com descendentes.

D) Eficaz caso os filhos renunciem expressamente à herança após o óbito.

E) Ineficaz, porque o testamento público exige aprovação judicial prévia quando instituir herdeiro estranho ao círculo familiar.

29. Casal submetido ao regime de separação legal de bens contraiu casamento em 2020. Em 2025, pretendem adquirir imóvel residencial com recursos provenientes de empreendimento comum iniciado após as núpcias. De acordo com a jurisprudência consolidada, indique a regra patrimonial aplicável ao bem.

A) O imóvel será incomunicável, pertencendo em frações ideais distintas a cada cônjuge.

B) O bem ingressará no patrimônio comum na proporção das quotas sociais detidas individualmente no empreendimento.

C) Reger-se-á pelo regime da comunhão parcial, tornando-se bem afetado pelo esforço comum presumido.

D) A separação legal de bens não afasta o instituto da sociedade de fato, de modo que o imóvel poderá ser partilhado equitativamente em eventual dissolução, comprovado o esforço comum.

E) A aquisição só poderá ocorrer mediante pacto antenupcial alterando retroativamente o regime patrimonial.

30. Proprietário A outorgou, por escritura registrada, direito real de laje a B para construir e usar unidade independente sobre a cobertura de seu imóvel. Sobre esse direito, assinale a alternativa correta.

A) Não se registra em cartório de imóveis, pois se trata de mera tolerância possessória.

B) É direito real autônomo, transmissível e passível de hipoteca, desde que a instituição esteja registrada no cartório de imóveis.

C) Configura condomínio edilício obrigatório, impondo a B responsabilidade solidária por todas as despesas do prédio.

D) Extingue-se automaticamente se B alugar a unidade a terceiro, por vedação legal à locação.

CURSO DE DIREITO

E) Equipara-se à enfiteuse, exigindo pagamento anual de foro ao proprietário do solo.

31. Processo coletivo ambiental evidencia forte diálogo entre magistrado, partes e Ministério Público, resultando em decisões construídas de modo compartilhado. Assinale a assertiva que revela o princípio estruturante aplicado ao caso.

A) Princípio da cooperação, que impõe colaboração leal entre todos os sujeitos do processo.

B) Princípio dispositivo, pelo qual cabe às partes a iniciativa e definição da lide.

C) Princípio da demanda, que condiciona a atuação jurisdicional ao pedido formulado.

D) Princípio da congruência, cujo núcleo reside na correlação entre pedido e decisão.

E) Princípio da sucumbência, voltado a repartir ônus financeiros conforme resultado final.

32. O Código de Processo Civil de 2015 consagrou a chamada competência internacional concorrente: sempre que a obrigação de um contrato de execução no Brasil deva ser cumprida em território nacional, o autor pode optar pelo juízo brasileiro, mesmo que o réu seja domiciliado no exterior. Assinale a alternativa que descreve corretamente a natureza dessa competência e as consequências de sua não arguição tempestiva.

A) Trata-se de competência absoluta, podendo ser reconhecida de ofício a qualquer momento pelo juiz brasileiro.

B) É competência funcional, inderrogável pelas partes, porém suscetível de modificação pelo tribunal ad quem.

C) Configura competência relativa; se o réu contesta o mérito sem prévia exceção, ocorre prorrogação e o juízo brasileiro torna-se competente.

D) Constitui competência exclusiva, de modo que eventual cláusula de eleição de foro estrangeiro é nula de pleno direito.

E) Reveste-se de competência improrrogável à luz do art. 62 do CPC, pois a execução do contrato se dará integralmente no Brasil.

33. Réu apresentou contestação genérica e silenciou sobre fatos decisivos narrados na petição inicial. O magistrado reconheceu revelia parcial. Assinale a assertiva que descreve corretamente o regime do ônus da impugnação específica.

A) O ônus incide sobre matérias preliminares, de forma que fatos principais ficam dispensados de contraposição.

B) A ausência de impugnação pontual implica presunção de veracidade dos fatos, salvo hipóteses em que direito indisponível esteja em jogo.

C) O juiz deverá abrir prazo suplementar para complemento da contestação, preservando igualdade processual.

D) O princípio da eventualidade autoriza apresentação de defesa genérica, desde que acompanhada de documentos.

E) O efeito material da revelia extingue o processo, dispensando produção de prova.

34. Consumidor move ação contra fabricante de equipamento médico alegando vício oculto e hipossuficiência técnica. O juiz determina inversão do ônus probatório. Assinale a assertiva compatível com tal decisão, à luz do Código de Defesa do Consumidor e do Código de Processo Civil.

A) Inversão opera de modo automático, dispensada fundamentação judicial.

B) A inversão recai sobre todos os fatos controvertidos, inclusive os negativos invocados pelo réu.

C) A decisão exige pedido expresso na petição inicial, sob pena de preclusão temporal.

D) O magistrado pode inverter ônus apenas após saneamento, vedada aplicação em tutela provisória.

E) A inversão pode ocorrer de ofício, considerando verossimilhança das alegações e vulnerabilidade do consumidor, cabendo ao fornecedor produzir prova capaz de afastar responsabilidade.

35. Ação buscou garantir cirurgia cardíaca urgente para adolescente cuja vida se encontra em risco. O juiz concedeu tutela antecipada com base em robusto conjunto documental. Escolha a assertiva que traduz corretamente os requisitos dessa tutela provisória, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Processo Civil.

A) Requisito único é perigo de irreversibilidade dos efeitos da medida.

B) Basta demonstração de perigo na demora, prescindindo de plausibilidade do direito.

C) Situação exige caução real prestada pelo representante legal da parte autora.

D) Medida requer elemento probatório robusto que revele alta probabilidade de acerto e perigo de dano grave ou difícil reparação.

E) Concessão dirige-se a ações coletivas promovidas por legitimados extraordinários, vedando alcance individual.

36. Em ação de indenização que tramita pelo procedimento comum, o juiz de primeiro grau proferiu decisão interlocutória que indeferiu pedido de prova pericial formulado pela parte autora. Para impugnar essa decisão, assinale a alternativa que indica o recurso cabível, o respectivo prazo e a forma de processamento de acordo com o Código de Processo Civil:

A) Apelação imediata, prazo de trinta dias corridos, subida direta ao tribunal.

CURSO DE DIREITO

B) Agravo de instrumento, prazo de quinze dias úteis, formação de instrumento digital e julgamento colegiado após contraminuta.

C) Mandado de segurança, prazo de cento e vinte dias, tramitação originária no tribunal.

D) Embargos de declaração, prazo de cinco dias úteis, efeito suspensivo automático.

E) Recurso ordinário, prazo de quinze dias corridos, competência do Superior Tribunal de Justiça.

37. Após o trânsito em julgado de sentença que condenou o locatário ao pagamento de aluguéis em atraso, iniciou-se o cumprimento de sentença nos termos da Lei do Inquilinato e do CPC/2015. O locador requereu bloqueio eletrônico de valores (penhora on-line) via sistema Sisbajud, e o executado manifestou-se oferecendo seguro-garantia judicial para substituir a constrição. Considerando a ordem legal de preferência dos bens penhoráveis e as hipóteses de substituição previstas no CPC, assinale a alternativa CORRETA:

A) A ordem inicia-se pela penhora de faturamento, passa a bens móveis e apenas em último lugar alcança valores em conta corrente.

B) Seguro-garantia só é cabível durante a fase de conhecimento e depende de homologação por sentença.

C) O executado pode substituir penhora em dinheiro por seguro-garantia judicial equivalente ao valor da dívida acrescido de trinta por cento, mantendo a mesma liquidez.

D) Valores mantidos em depósito judicial são imunes à penhora em execuções de locação, pois têm natureza alimentar.

E) A penhora sobre quotas sociais possui precedência absoluta sobre qualquer outro bem na execução patrimonial.

38. Erro material na certidão de nascimento motivou pretensão de ajuste da data ali constante. Assinale a via processual adequada prevista na Lei de Registros Públicos e no Código de Processo Civil.

A) Procedimento de retificação de registro civil, de natureza jurisdicional voluntária, com intervenção obrigatória do Ministério Público.

B) Ação anulatória autônoma, sujeita a procedimento comum, cumulada com indenização por dano moral.

C) Mandado de injunção, dirigido ao Supremo Tribunal Federal para suprir lacuna normativa.

D) Habeas data, voltado à proteção de dados pessoais em bancos privados.

E) Ação de exibição de documento, que gera alteração automática no cartório mediante mandado.

39. Assinale a alternativa que expressa corretamente o princípio da legalidade no Direito Penal brasileiro.

A) Criminalização ocorre quando lei anterior estrita descreve a conduta e fixa a sanção de modo inequívoco.

B) Punição pode resultar de costumes consolidados, desde que reconhecidos pelos tribunais superiores.

C) Norma infralegal editada pelo Poder Executivo pode criar infração penal de menor potencial ofensivo.

D) Decreto presidencial tem força para aumentar limites de pena quando justificado por interesse nacional.

E) Jurisprudência consolidada supre a falta de tipificação legal mediante aplicação analógica ampla.

40. Assinale a alternativa que integra a culpabilidade no modelo tripartite adotado pela doutrina majoritária.

A) Tipicidade formal.

B) Exigibilidade de conduta diversa.

C) Lesividade efetiva.

D) Resultado material.

E) Adequação social.

41. Assinale a alternativa que configura hipótese legal de extinção da punibilidade.

A) Interrupção do cumprimento da pena por fuga do estabelecimento prisional.

B) Reincidência em crime doloso.

C) Indulto individual outorgado pelo Presidente da República.

D) Agravamento de pena em razão de causas de aumento.

E) Fixação de regime inicial fechado.

42. Assinale a alternativa que descreve uma circunstância qualificadora do crime de homicídio, conforme o art. 121, § 2.º, do Código Penal.

A) Homicídio cometido sob violenta emoção logo após injusta provocação da vítima.

B) Homicídio praticado mediante paga ou promessa de recompensa.

C) Homicídio culposo resultante de imprudência na direção de veículo automotor.

D) Homicídio perpetrado em estado de necessidade exculpante.

E) Homicídio decorrente de omissão culposa de dever legal.

43. Assinale a alternativa que indica a causa do aumento de pena no crime de roubo.

CURSO DE DIREITO

- A) Utilização de arma branca artesanal.
- B) Restrição da liberdade da vítima durante a prática delituosa.
- C) Subtração de coisa alheia móvel cujo valor supera cinquenta salários mínimos.
- D) Concurso eventual com adolescente de quatorze anos.
- E) Emprego de chave falsa para acesso a imóvel desabitado.

44. Assinale a alternativa que corresponde ao núcleo típico do crime de peculato previsto no art. 312 do Código Penal.

- A) Tolher execução de ato legal a fim de obrigar servidor.
- B) Solicitar vantagem indevida em razão do cargo público.
- C) Inserir declaração falsa em documento público com intuito de alterar a verdade.
- D) Apropriar-se de bem público ou particular que esteja sob posse em razão do cargo.
- E) Exigir tributo em quantia superior à estipulada na legislação aplicável.

45. Assinale a alternativa que descreve a conduta típica de estupro de vulnerável conforme art. 217-A do Código Penal.

- A) Ato libidinoso praticado entre adolescentes de quinze e dezessete anos com concordância recíproca.
- B) Exposição de conteúdo pornográfico a pessoa maior incapaz de compreender o significado das imagens.
- C) Proximidade física sem contato sexual em ambiente coletivo que cause constrangimento.
- D) Cópia de registro fotográfico íntimo alheio para difusão virtual.
- E) Ato sexual com pessoa que possua idade inferior a quatorze anos, ainda que haja consentimento.

46. Assinale a alternativa que traduz hipótese de tráfico privilegiado de entorpecentes prevista no art. 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/2006.

- A) Agente primário e de bons antecedentes, desprovido de dedicação habitual a atividades criminosas e desvinculado de organização criminosa.
- B) Transporte de quantidade reduzida de droga para consumo recreativo próprio.
- C) Cultivo doméstico de plantas psicoativas destinado a terapia individual.
- D) Importação de substância proscrita para pesquisa científica desacompanhada de autorização competente.
- E) Associação eventual de duas pessoas voltada ao comércio de entorpecentes por curto período.

47. O Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019) instituiu o juiz das garantias, responsável pelo controle de legalidade da investigação. Assinale a alternativa que indica uma atribuição compatível com esse magistrado segundo o art. 3º-B do CPP.

- A) Decidir pedidos de prisão preventiva, interceptação telefônica e homologar acordo de colaboração premiada, afastando-se após o recebimento da denúncia.
- B) Presidir audiência de instrução e julgamento, colhendo prova oral e proferindo sentença.
- C) Exercer atividade acusatória contra o investigado sempre que provocada a jurisdição.
- D) Exercer competência restrita a crimes dolosos contra a vida submetidos ao Tribunal do Júri.
- E) Realizar avaliação psicológica dos jurados antes da formação do Conselho de Sentença.

48. O acordo de não persecução penal (ANPP), criado pelo art. 28-A do CPP, busca solução consensual antes da denúncia. Marque o requisito legal indispensável para sua celebração.

- A) Existir crime punido com reclusão superior a oito anos.
- B) Confissão formal e circunstanciada da infração pelo investigado.
- C) Aval da instância revisora antes da manifestação ministerial.
- D) Inexistência de circunstâncias agravantes objetivas.
- E) Queixa-crime apresentada por assistente privado.

49. A redação dada ao art. 316 do CPP obriga o juiz a reexaminar fundamentos da prisão preventiva. Assinale a alternativa que traduz corretamente essa exigência legal.

- A) Reavaliação obrigatória a cada 120 dias contados da decisão original.
- B) Revisão opcional, a pedido da defesa, quando demonstrada demora processual.
- C) Exame apenas quando surgir prova nova sobre o fato investigado.
- D) Reanálise a cada 90 dias, de forma fundamentada, sob pena de tornar a prisão ilegal.
- E) Realização do exame quando sobrevier sentença condenatória transitada em julgado.

50. A Lei Maria da Penha prevê diversas medidas protetivas de urgência para resguardar a mulher em situação de violência doméstica. Assinale a alternativa que apresenta uma dessas medidas.

- A) Pagamento obrigatório de caução pela vítima antes da ordem judicial.
- B) Suspensão temporária do direito de voto do agressor.
- C) Afastamento do agressor do lar ou local de convivência com a ofendida, independentemente de audiência prévia.

CURSO DE DIREITO

D) Proibição de ingresso da vítima em repartições públicas utilizadas pelo agressor.

E) Nomeação da vítima como depositária dos bens do autor do fato.

51. A Lei 12.850/2013 admite a colaboração premiada como meio de investigação de organizações criminosas. Marque a alternativa que indica a etapa indispensável para que o acordo produza efeitos jurídicos válidos.

A) Acordo assinado entre investigado e delegado, dispensando participação do Ministério Público.

B) Homologação judicial após manifestação do Ministério Público e ouvido o defensor do colaborador.

C) Publicidade integral imediata dos termos do acordo antes da denúncia.

D) Previsão de isenção total de pena para qualquer colaborador, independentemente da qualidade das informações.

E) Exigência de livramento provisório de todos os presos envolvidos antes da audiência de homologação.

52. A Lei 13.869/2019 redefine abuso de autoridade e tipifica novas condutas de agentes públicos. Assinale a alternativa que apresenta crime previsto nessa lei.

A) Divulgar, de forma resumida, decisão judicial já transitada em julgado a veículos de comunicação externos.

B) Conduzir regularmente audiência de custódia realizada dentro do prazo de vinte e quatro horas do flagrante.

C) Conceder entrevista coletiva acerca de inquérito policial que já tenha sido formalmente arquivado pelo Judiciário.

D) Ordenar a condução coercitiva de investigado ou testemunha sem prévia intimação para comparecimento judicial.

E) Substituir prisão preventiva por medida cautelar diversa quando presentes os requisitos legais e a proporcionalidade.

53. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê internação como medida socioeducativa excepcional, destinada à responsabilização proporcional do adolescente. Marque a alternativa que retrata uma regra aplicável a essa medida.

A) Pode exceder dez anos quando o ato infracional for equiparado a crime hediondo.

B) Exige laudo psiquiátrico obrigatório para qualquer adolescente internado.

C) Aplica-se apenas a adolescentes maiores de dezesseis anos.

D) Admite execução domiciliar automática quando houver superlotação na unidade.

E) Deve observar prazo máximo de três anos, com reavaliações a cada seis meses pelo juízo competente.

54. O Pacote Anticrime alterou a Lei de Execução Penal, fixando percentuais objetivos para progressão de regime.

Assinale a alternativa que apresenta o percentual correto para condenado primário por crime hediondo ou equiparado, quando o resultado não envolve morte.

A) Cumprir 40 % da pena para requerer a progressão.

B) Alcançar 25 % da pena aplicada.

C) Completar dois quintos se reincidente, nos termos do art. 112, V, da LEP.

D) Exigir metade da pena, independentemente de resultado lesivo.

E) Restar 20 % da reprimenda a executar, observada boa conduta carcerária.

55. Ao condenar o Brasil no Caso "Favela Nova Brasília" (2021), a Corte Interamericana de Direitos Humanos afirmou que a violência policial contra moradores negros revela práticas de racismo estrutural cuja superação exige políticas estatais de ação afirmativa. Assinale a alternativa que aponta o fundamento normativo supranacional que obriga o Estado brasileiro a adotar tais políticas.

A) Convenção Internacional contra a Discriminação Racial (1965), recepcionada com status de lei ordinária.

B) Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) combinada com sua Convenção Interamericana contra o Racismo, ambas internalizadas como normas de hierarquia suprallegal.

C) Declaração Universal dos Direitos Humanos, de aplicação meramente programática e sem força vinculante.

D) Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático, aplicável apenas a crises institucionais entre Estados-partes do Mercosul.

E) Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, extensível ao Brasil por costume internacional.

56. A posituação dos direitos sociais no México (1917) e na Constituição de Weimar (1919) marcou a passagem da primeira para a segunda geração de direitos humanos, reforçando o princípio da solidariedade. Marque a alternativa que apresenta a característica que melhor distingue esses "direitos de segunda geração" em relação às liberdades públicas clássicas.

A) Caráter negativo e oponível imediatamente ao Estado, dispensando políticas públicas.

B) Natureza coletiva voltada a minorar desigualdades, exigindo atuação positiva e prestacional do Poder Público.

C) Proteção ao patrimônio cultural imaterial, independentemente de orçamento estatal.

D) Aplicabilidade automática às empresas transnacionais por via de *soft law*.

E) Prevalência apenas em períodos de calamidade ou guerra, com suspensão nos tempos de paz.

CURSO DE DIREITO

57. Organizações indígenas brasileiras invocaram a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) para questionar a tese do "marco temporal" perante o STF. Esse movimento ilustra o embate teórico entre universalismo e relativismo cultural nos direitos humanos. À luz dessa discussão, assinale a alternativa CORRETA.

A) O universalismo parte da premissa de que direitos humanos são construções ocidentais incompatíveis com tradições comunitárias.

B) O relativismo extremo sustenta que valores culturais nacionais podem suprimir direitos fundamentais reconhecidos em tratados internacionais.

C) A Constituição Federal de 1988 veda qualquer influência de tratados internacionais quando contrários a costumes tradicionais.

D) O pluralismo intercultural defende a conciliação entre normas internacionais de proteção e especificidades culturais, desde que não se violem conteúdos mínimos de dignidade.

E) A Corte Interamericana repudia sistematicamente a aplicação de normas costumeiras indígenas em nome da uniformidade normativa.

58. A Constituição Federal de 1988 atribui eficácia imediata a grande parte dos direitos fundamentais, mas impõe ao Estado o dever de concretizá-los por meio de políticas públicas e atos normativos. No que tange aos direitos sociais, qual técnica de exigibilidade judicial foi consagrada pelo STF para compatibilizar separação de poderes e efetividade desses direitos?

A) Doutrina da reserva do possível, em sentido absoluto, que impede intervenção do Judiciário em matérias orçamentárias.

B) Teoria dos atos políticos, cuja imunidade retira da apreciação judicial as políticas públicas de saúde e educação.

C) Reserva do possível em chave relativa, associada ao controle de razoabilidade e da vedação ao retrocesso, permitindo ao Judiciário determinar prestações essenciais quando demonstrada disponibilidade orçamentária mínima.

D) Autolimitação judicial, que transfere aos conselhos de políticas públicas a apreciação final das demandas sociais.

E) Cláusula da dupla disponibilidade, condicionando qualquer tutela judicial à anuência prévia do Ministério da Economia.

59. O Programa Nacional de Direitos Humanos-3 (PNDH-3) adota a lógica da democracia participativa ao prever instâncias de controle social sobre políticas públicas. Qual instrumento institucionalizado concretiza essa participação e influencia, de forma vinculante, a formulação do Sistema Nacional de Direitos Humanos?

A) Conselhos de Direitos Humanos com composição exclusivamente governamental.

B) Conferências Nacionais de Direitos Humanos convocadas periodicamente para deliberar prioridades e monitorar compromissos assumidos pelo Estado.

C) Ouvidorias parlamentares investidas de autonomia para sancionar agentes públicos.

D) Iniciativa popular de emenda constitucional, submetida diretamente ao Senado Federal.

E) Audiências públicas judiciais, realizadas no âmbito do Supremo Tribunal Federal antes de decisões de controle normativo.

60. As Metas do Milênio (2000-2015) incorporaram a perspectiva de direitos humanos à agenda do desenvolvimento. Considerando os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), assinale a alternativa que apresenta a correlação correta entre o objetivo e o direito humano fundamental correspondente.

A) ODM 1 (erradicar a extrema pobreza) - Direito de liberdade de expressão.

B) ODM 3 (promover a igualdade de gênero) - Direito à participação política em condições de paridade.

C) ODM 5 (melhorar a saúde materna) - Direito ao trabalho digno.

D) ODM 6 (combate ao HIV/AIDS, malária e outras doenças) - Direito de reunião pacífica.

E) ODM 8 (estabelecer parcerias globais) - Direito ao devido processo legal.